

**EDUCAÇÃO E CIDADANIA: REFLEXÕES A PARTIR DE EXPERIÊNCIAS  
FORMATIVAS COM CRIANÇAS E JOVENS**

**EDUCATION AND CITIZENSHIP: REFLECTIONS FROM FORMATIVE  
EXPERIENCES WITH CHILDREN AND YOUNG PEOPLE**

Thiago Ingrassia Pereira<sup>1</sup>  
Karine Kostuczenko<sup>2</sup>  
Leda Hanel Lang<sup>3</sup>

**RESUMO**

A formação para a participação política é fundamental para a consolidação da sociedade democrática. Os valores, noções e atitudes são provenientes da socialização em espaços escolares e não escolares, sendo importante ações efetivas de construção de sujeitos politicamente sofisticados. Este artigo explora resultados de pesquisas desenvolvidas em cursos de mestrado (profissional e acadêmico), organizadas a partir da preocupação em compreender a dinâmica formativa de crianças e jovens em relação à cidadania. O foco analítico são dois estudos de caso em que as práticas escolares no ensino fundamental e um projeto do poder legislativo municipal são examinados a partir de referenciais do campo das ciências humanas. As experiências analisadas sugerem a importância de espaços de socialização política das novas gerações, articulando as dimensões da política e da cidadania em contexto democrático.

**Palavras-chave:** cidadania; socialização política; democracia.

---

<sup>1</sup>Doutor em Educação (UFRGS). Pós-Doutor em Educação (Universidade de Lisboa). Professor do Programa de Pós-Graduação Profissional em Educação e do Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS). Erechim. Rio Grande do Sul. Brasil. E-mail: [thiago.ingrassia@uffs.edu.br](mailto:thiago.ingrassia@uffs.edu.br). ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-5558-7836>

<sup>2</sup>Mestra em Ciências Humanas (UFFS). Mediadora Judicial. Getúlio Vargas. Rio Grande do Sul. Brasil. E-mail: [karinekostuczenko@hotmail.com](mailto:karinekostuczenko@hotmail.com). ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-6157-652X>

<sup>3</sup>Mestra em Educação (UFFS). Professora da rede estadual de educação do Rio Grande do Sul e da rede municipal de Estação. Estação. Rio Grande do Sul. Brasil. E-mail: [leda.lang@estudante.uffs.edu.br](mailto:leda.lang@estudante.uffs.edu.br). ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-9921-2270>

## ABSTRACT

Training for political participation is fundamental for the consolidation of a democratic society. The values, notions, and attitudes come from socialization in school and non-school environment, and effective actions are important to build politically sophisticated subjects. This article explores the results of research developed in Master's courses (professional and academic), organized from the concern to understand the formative dynamics of children and young people in relation to citizenship. The analytical focus is on two case studies in which school practices in elementary education and a project of the municipal legislative power are examined based on references from the field of human sciences. The analyzed experiences suggest the importance of spaces for political socialization of the new generations, articulating the dimensions of politics and citizenship in a democratic context.

**Key words:** citizenship; political socialization; democracy.

**Artigo recebido em:** 13/07/2023

**Artigo aprovado em:** 30/08/2023

**Artigo publicado em:** 08/11/2023

## 1 INTRODUÇÃO

As pesquisas sobre o processo de socialização política fazem parte do panorama acadêmico internacional das ciências humanas, ganhando destaque nas últimas décadas do século XX com a preocupação acerca da qualidade de democracia (SCHMIDT, 2001). O cenário preocupante em termos de estabilidade democrática aprofundou a necessidade de novos estudos no começo do século XXI, tendo em vista as tensões, rupturas e a falta de legitimidade das instituições democráticas (SANTOS; HOFFMANN, 2019).

Diante desse cenário, examinar práticas formativas que contribuam para a construção de uma cultura política cidadã é essencial para a estabilidade democrática. O atual cenário político brasileiro apresenta-se conturbado e a esfera pública em permanente tensão, ora engajando segmentos mais radicalizados em defesa de projetos e, sobretudo, de líderes políticos, ora atuando para o afastamento e repulsão aos assuntos de natureza política.

Entre as posições polarizadas em nossa sociedade, é possível encontrar desencanto com as instituições democráticas e posições públicas que desacreditam pessoas e processos em uma permanente “guerra” contra a democracia (NOBRE, 2020). Essa guerra, sem vencedores e vencidos, é deletéria a práticas orientadas para o bem comum, à solidariedade e à cooperação em detrimento da competição em contexto de apelo meritocrático (SANDEL, 2020).

Nesse sentido, como é possível formarmos pessoas dentro do espírito democrático? Quais as efetivas possibilidades de sofisticarmos o debate político nacional em cenário marcado pela desigualdade social extrema e desconfiança da política? Este artigo é produzido por meio de recortes dos resultados de duas pesquisas realizadas no âmbito da pós-graduação *stricto sensu* que procuram explorar experiências concretas que afirmam as práticas cidadãs e apostam na formação de crianças e jovens para o exercício democrático.

Por meio de dois estudos de caso (YIN, 2001), são examinadas possibilidades formativas orientadas à cidadania e participação política, destacando uma experiência em escola de ensino fundamental e outra em projeto do poder legislativo municipal. Ambas as experiências investigadas se situam na região do Alto Uruguai gaúcho e se constituem em objeto de análise de elementos de socialização política para a construção da cidadania em espaços formais e não formais de educação.

O trabalho empírico e as reflexões teóricas das pesquisas-base deste artigo são apresentadas em diálogo, buscando elementos que possam contribuir para a afirmação da democracia brasileira em cenário histórico desafiador. A aproximação temática destas pesquisas ocorre por meio de bases teóricas distintas, ainda que convergentes ao eixo principal da formação política de crianças e jovens.

Nesse sentido, cada estudo de caso é apresentado em tópico específico no artigo, ofertando um panorama do campo empírico da pesquisa, bem como de seus referenciais teóricos. Além disso, no tópico imediatamente posterior a esta introdução

se discutem pressupostos teóricos de ordem geral, que subsidiam as reflexões empreendidas em ambos os estudos de mestrado.

Ressalta-se que as pesquisas que originam esse texto estão disponíveis na íntegra e têm acesso livre em repositório digital<sup>4</sup>. Os recortes apresentados neste artigo apresentam possibilidades de análise do tema, tendo em vista potenciais contribuições no âmbito das Ciências Humanas.

## 2 A CONSTRUÇÃO DE VALORES DEMOCRÁTICOS

Os valores democráticos não são inatos nos seres humanos, mas se constituem a partir de processo de socialização política. Para este fim, as experiências e os grupos sociais integrados a elas são fundamentais para a qualidade da participação política no espaço público. Assim,

o estudo da socialização política dos adolescentes tem como premissa principal o fato que as atitudes e os valores políticos que se desenvolvem na infância e adolescência têm um papel significativo nas fundações psicológicas de valores políticos numa sociedade (BAQUERO, 1997, p. 3).

Nessa linha, a socialização política é entendida como “o conjunto de experiências que, no processo de formação da identidade do indivíduo, tem influência na cristalização do seu papel como ator significativo ou não no sistema político” (BAQUERO, 1997, p. 10). Como pode ser observado, a socialização política trata-se de questões relativas ao contexto dos seres humanos e sua relação com o sistema político, considerando a forma como o lugar social e suas possibilidades de participação no espaço público engendram nos sujeitos um panorama cultural.

Assim, os processos de socialização política estão associados a expressões do que a literatura especializada do campo da Ciência Política denomina de “cultura política”. Entende-se por cultura política, principalmente a partir do trabalho fundante

---

<sup>4</sup>Acesso pelo repositório digital da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS) nos seguintes endereços: <https://rd.uffs.edu.br/handle/prefix/4680> e <https://rd.uffs.edu.br/handle/prefix/4813>. Acesso em: 02 ago. 2023.

de Almond e Verba (1963), as orientações psicológicas que orientam os comportamentos dos sujeitos. Associada a métodos científicos behavioristas, a cultura política pode ser definida “como conjunto de atitudes ou orientações políticas que os indivíduos possuem acerca do sistema político e de seu papel no sistema” (BAQUERO, 2000, p. 129, grifo do autor).

Portanto, em termos de bases teóricas, o processo de socialização política e a formação de crianças e jovens dentro de uma cultura política participativa e democrática são eixos centrais pelos quais poderemos (re)construir processos democráticos mais substantivos no Brasil. Junto com mudanças de ordem material – como a redução das desigualdades sociais e a melhoria relativa das condições de vida da população – a crença que produz a legitimidade do sistema político é um dos fatores de qualidade democrática e estabilidade política.

Proveniente de séculos de escravidão negra, dizimação da população indígena e de desenvolvimento urbano excludente e marginalizador de expressivos contingentes populacionais, a sociedade brasileira se funda em processos segregadores de violência aberta e simbólica, produzindo cenários de subcidadania (SOUZA, 2018). Diante desse cenário de profunda estratificação social, que articula um sistema de múltiplas desigualdades que individualizam o sofrimento e a exclusão social (DUBET, 2020), a garantia formal de direitos políticos constitucionais parece não operar como elemento satisfatório para a estabilidade democrática.

Mesmo em situações de aumento relativo da participação política cidadã, como nas experiências de orçamento participativo em cidades e estados brasileiros, observa-se que a dimensão estrutural das desigualdades e a ausência de formação cívica não possuem força para alterar as predisposições negativas em relação à esfera política e seus atores. Uma das manifestações mais visíveis dessa condição é o imaginário acerca do pagamento de impostos que, mesmo com a possibilidade de exercício participativo, segue sendo percebido como apenas um arbítrio e com alta desconfiança (BAQUERO et al, 2005).

A manutenção histórica de uma sociedade cindida e altamente seletiva, combinando retórica e alguns nichos dinâmicos e liberais voltados a práticas de mercado, junto com miséria e a degradação humana de toda uma classe (ralé, para SOUZA, 2020) causa letargia na construção cidadã nacional. Seria curioso se ocorresse ao contrário, pois ainda, no caso latino-americano, o período autoritário de ditaduras militares contribuiu decisivamente para o afastamento das pessoas da política, esta entendida por meio da tecnocracia e da coação. Por isso, no caso brasileiro, mesmo depois do processo de abertura democrática é possível se falar em uma “democracia inercial”, pois

a democracia inercial, portanto, se refere a uma situação na qual os vícios de um passado autoritário, que afetavam negativamente os princípios democráticos, não são eliminados no novo contexto de democratização, com consequências deletérias para o desenvolvimento econômico e político e para a construção de uma cultura política participativa (BAQUERO; GONZALES, 2016, p. 496).

Ainda que a análise culturalista tenha seus limites (SOUZA, 2022), parte-se da ideia de que apenas a leitura institucionalista não dá conta das complexidades da democracia brasileira. Por isso, se considera como elemento central o processo educacional para a construção de sujeitos sofisticados politicamente e com participação ativa nos diversos fóruns do espaço público. O pressuposto assumido é de que não nascemos prontos e acabados, mas nos educamos e aprendemos sempre na qualidade de sujeitos inconclusos (FREIRE, 2005).

Dessa forma, a educação é um processo permanente e não ocorre fora das circunstâncias históricas que conformam os sujeitos. A exigência de processos formativos democráticos deveria ser o principal investimento das instituições estatais e dos grupos sociais (partidos políticos, movimentos sociais, sindicatos) para a consolidação democrática brasileira a partir da década de 1980, afastando possibilidades de retrocesso político. Se hoje vivemos uma circunstância preocupante em termos da continuidade democrática no país, principalmente pela deslegitimidade das instituições basilares da democracia – por exemplo: Congresso Nacional, Supremo

Tribunal Federal – envoltas em certas narrativas que disputam a opinião pública, é porque esse processo foi e é falho.

Onde se aprende política? Como se constrói cidadania? Quais os mecanismos de convivência social que poderiam contribuir para a formação de pessoas democráticas? Qual o espaço para formação política e cidadã na escola? Qual a responsabilidade dos poderes republicanos e suas instituições na construção de sujeitos participativos e democráticos? Essas e outras questões foram referências na orientação das pesquisas que serão apresentadas a seguir.

Ressalte-se que os estudos de caso que ensejam este artigo foram produzidos em cenário social alterado bruscamente pela pandemia de Covid-19 nos anos de 2020 e 2021. Assim, ambas investigações lançaram mão de estratégias que mesclaram análise documental – do Programa Vereador Mirim<sup>5</sup> e do Plano Político-Pedagógico da escola –, fundamentação teórica de cunho interdisciplinar entre Ciência Política, Sociologia e Educação sobre o tema da socialização política e da construção de valores democráticos, além de trabalho empírico por meio de entrevistas e de observações in loco e remotas.

Cada caso será examinado em tópico específico na sequência, pois possuem singularidades importantes. A partir disso, encaminha-se a conclusão deste artigo, considerando as convergências dos resultados de pesquisa acerca da formação política e seus desafios à cidadania e à democracia brasileira.

### **3 PEDAGOGIA DA CIDADANIA: UMA EXPERIÊNCIA EM ESCOLA MUNICIPAL DE ENSINO FUNDAMENTAL**

Etimologicamente, a palavra cidadania origina-se do latim “civitas”, significando que “vem ao encontro da cidade”. Na concepção de Pinsky (2013), a

---

<sup>5</sup> Ver Resolução Legislativa nº 302, de 25 de março de 2008 da Câmara Municipal de Vereadores de Erechim. Disponível em: [https://sapl.erechim.rs.leg.br/media/sapl/public/normajuridica/2008/6030/6030\\_texto\\_integral.pdf](https://sapl.erechim.rs.leg.br/media/sapl/public/normajuridica/2008/6030/6030_texto_integral.pdf). Acesso em: 02 ago. 2023.

cidadania tem maior amplitude, indo além do sentido individual conferida pela significação, sendo definida nas ações diárias e no envolvimento social e comunitário. Assim: “[...] cidadania pode ser qualquer atitude cotidiana que implique a manifestação de uma consciência de pertinência e de responsabilidade coletiva” (PINSKY, 2013, p. 19).

Os conceitos de educação e de cidadania possuem um legado histórico e, mesmo mantendo elementos básicos em seus significados, suas concepções variam de acordo com as circunstâncias de tempo e de lugar. Assim, eles devem ser entendidos como processos de conquista, como construções permanentes diante dos contextos históricos e dos paradigmas ideológicos — e não como noções abstratas.

Ao pensar em cidadania, surge a prerrogativa do pertencimento social e da aquisição de direitos. Tais direitos são classificados como direitos civis, os quais estão relacionados à liberdade individual, à integridade física do sujeito; direitos políticos, que dizem respeito aos direitos de votar e de ser votado, ao direito de participar de organizações promotoras de ação coletiva, como movimentos sociais, partidos políticos, associações e sindicatos; direitos sociais, os quais preceituam a garantia do fornecimento, por intermédio do Estado, de bens e de serviços indispensáveis à vida, tais como a moradia, a saúde, a proteção e o bem-estar social.

O conjunto dos direitos sociais surge a partir de 1948, com a Declaração Universal dos Direitos Humanos, a qual foi adotada pela Organização das Nações Unidas (ONU) e constitui-se como a forma mais recente de acesso à cidadania sob o ponto de vista histórico e formal. Percebe-se, então, o quanto a história das políticas sociais é recente em relação à seguridade dos demais direitos civis e políticos. Desde então, conforme Fernandes (2007), a justiça social passa a integrar a maioria dos países, sendo legitimada pelas constituições, garantindo a cidadania a todos e todas.

A busca pela justiça requer, num primeiro momento, equidade, para que, por meio da cidadania, ocorra uma diminuição das desigualdades sociais. A cidadania também é compreendida como direito à educação e, no âmbito escolar, como direito à

participação, à formação de uma consciência crítica e ao respeito à diversidade. O direito à educação é de responsabilidade estatal em regime de colaboração com as famílias, sendo garantido às pessoas por intermédio das instituições escolares.

Dessa maneira, a educação para a cidadania configura-se desde os modos como são trabalhados os saberes escolares e construído o conhecimento em sala de aula até a participação nas responsabilidades da coletividade. Assim, a educação pode ser constituída como certificadora dos direitos humanos, auxiliando na construção de uma sociedade cidadã, como também pode operar de forma a renunciar a alguns desses princípios, reproduzindo desigualdades.

Diante da diversidade social e pelas condições socioeconômicas e culturais presentes em nossa sociedade, a escola ora afirma a cidadania, ora passa a negá-la, reproduzindo cenários deletérios à democracia. A escola pode se constituir num espaço de formação de cidadãos conscientes, críticos e dialógicos por meio de uma práxis emancipatória.

Na pesquisa realizada em instituição pública municipal da região do Alto Uruguai do estado do Rio Grande do Sul, a maior parte dos estudantes pertencentes à escola é oriunda dos bairros mais carentes do município, sendo conhecida popularmente como a “escola da vila”. Ao iniciar o trabalho, podemos perceber a realidade dos estudantes: poucas condições financeiras, estruturas familiares fragilizadas, desmotivação, apatia e ausência de sentimento de pertencimento ao ambiente escolar. Era possível perceber que, mesmo os estudantes da educação infantil que iniciavam sua trajetória na escola, motivados e encantados por inserir-se agora em uma escola “grande”, demonstravam um enfraquecimento desse sentimento de pertencimento ao longo do tempo.

Os pais desses estudantes da pré-escola também demonstravam tal sentimento, o que refletia em sua ausência e em seu afastamento do convívio escolar. Parte dos pais dos estudantes do ensino fundamental encontrava-se distante e, muitas vezes, tornava-se necessário buscar a intervenção do Conselho Tutelar em busca de seu

acompanhamento e de sua presença. A renda para o sustento das famílias é proveniente do trabalho em empresas privadas, do poder público municipal e de trabalhos temporários, sem vínculo empregatício ou direitos trabalhistas reconhecidos. Há um quadro de instabilidade financeira que deixa as famílias em grande situação de apreensão, gerando um movimento de ir e vir para outros municípios, sem construção de vínculos e de estabilidade, propagando um sentimento de descrença nos direitos, nos valores pessoais e sociais e desconfiança diante do Estado e do efetivo exercício da cidadania.

Diante desse contexto, essas famílias acabam tornando-se invisibilizadas pelos órgãos públicos e pela sociedade, sendo reconhecidas apenas quando o direito ao voto as faz cidadãs. Nesse sentido, na perspectiva de Paulo Freire (2005), a cidadania possui uma dimensão de apropriação e de atuação do sujeito na realidade da qual faz parte. Dessa forma, sua compreensão não é restrita à individualidade do ser, mas é refletida em todas as relações nas quais importam direitos e deveres, ações e transformações da sociedade. Sua principal característica é a coletividade, pois a cidadania é concretizada por intermédio das relações entre os sujeitos, na pronúncia da palavra e na realidade.

Legalmente, a cidadania possui regulamentação na Carta Magna (BRASIL, 1988), sendo referendada em diversas passagens do texto. Em seu artigo primeiro, consagra, como princípios fundamentais, a soberania, a cidadania, a dignidade da pessoa humana, os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa e o pluralismo político. Dessa maneira, constitucionalmente, todo o cidadão é considerado igual perante a lei; e todo ser humano deve ser considerado um cidadão. Sendo considerada como um conjunto de direitos e de deveres do cidadão, a cidadania possui uma larga área de abrangência, entendimentos, aplicabilidade e significados.

Dessa forma, percebe-se a grande importância desse tema dentro do ordenamento jurídico. De acordo com o art. 1º, II da Constituição Federal (BRASIL, 1988), a cidadania é um fundamento de nosso país. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação – LDB (Lei n.º 9.3994/96) e o Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA

(Lei n.º 8.069/90) também fazem referência a esse tema. A LDB tem como uma de suas prerrogativas a garantia do pleno desenvolvimento do sujeito e sua preparação para o exercício da cidadania ao final das etapas da educação básica.

A nova Base Nacional Comum Curricular (BNCC) define 10 competências gerais que devem ser desenvolvidas por todos os estudantes, desde a educação infantil até o ensino médio. São elas: a leitura; o pensamento científico, crítico e criativo; o repertório cultural; a comunicação; a cultura digital; o trabalho e o projeto de vida; a argumentação; o autoconhecimento e o autocuidado; a empatia e a cooperação; a responsabilidade e a cidadania.

A competência número 10 vem ao encontro deste estudo e aborda a questão da responsabilidade e da cidadania, da capacidade de os estudantes atuarem construindo uma sociedade mais solidária, justa, ambiental e socialmente responsável. Essa competência demanda sua inserção no currículo em todas as áreas de conhecimento, por meio de atividades que estimulem seu protagonismo, iniciando em seu grupo mais próximo, expandindo-se no âmbito da escola, da família e da comunidade.

Os oprimidos, identificados por Freire (1987), traduzem-se nos subcidadãos identificados por Souza (2018). A esses sujeitos oprimidos e subcidadãos torna-se imprescindível uma educação cidadã que valorize os saberes populares, que respeite suas individualidades, para que, assim, eles possam chegar a um conhecimento que rompa com suas consciências ingênuas, transformando-os em sujeitos críticos, em agentes determinantes na transformação da realidade.

Na perspectiva cidadã da escola, a educação emancipadora e a formação integral dos sujeitos oportunizam a conscientização e a transformação de sua existência. Baseada pelas relações democráticas, as práticas educativas devem ser pautadas por pessoas em ações partilhadas e contínuas de reflexão. Isso configura a proposição democrática de compartilhamento entre educador e educando, permeada pela efetiva capacidade dos sujeitos ensinarem e aprenderem, bem como o destaque

para seus saberes e a propagação do pensamento crítico de ambos, que se educam orientados pelas questões do mundo (FREIRE, 1987).

Este trabalho exige que os conteúdos não sejam meramente repassados para os estudantes, mas que estejam associados à sua realidade, proporcionando a eles o acesso a novos tipos de informações, à proposição de relações e à tomada de decisões. Sob essa perspectiva, o processo de aprendizagem não dissocia aspectos emocionais, cognitivos e sociais inerentes a todo o ser humano, constituindo-se por meio de partilhas e de descobertas comuns que ocorrem de forma dinâmica e contextualizada, fazendo do estudante o protagonista do seu processo de ensino e aprendizagem. Hernández e Ventura (1998, p. 89) assinalam “[...] a função principal do projeto é possibilitar aos alunos o desenvolvimento de estratégias globalizadoras da organização dos conhecimentos escolares, mediante o tratamento da informação”.

Como suporte, a proposta de intervenção da pesquisa realizada tomou por base os “círculos de cultura” (FREIRE, 1987) na linha freireana. Essa prática surgiu a partir da práxis de Paulo Freire, tendo, inicialmente, aplicabilidade na educação de jovens e adultos (EJA). Na busca por uma educação libertadora, em que o sujeito passa a ser agente e construtor de seu conhecimento, essa proposta surge modificando a lógica formal da sala de aula, em que o professor é tido como figura central, contemplado por todos os estudantes como o mestre do saber.

Dessa maneira, o conhecimento passa a ser construído e compartilhado, valorizando-se as vozes de todos os sujeitos de forma igualitária, sendo possível compreender o sentido e a importância da coletividade. O círculo de cultura apresenta pressupostos filosóficos, teóricos e metodológicos para ser adotado não apenas como um método de alfabetização de adultos, mas, acima de tudo, como um método que mobiliza e instiga os participantes do grupo a pensar sobre a realidade dentro de uma concepção de reflexão-ação, podendo, assim, na pesquisa, ser considerado como método estratégico de desenvolvimento da pesquisa participante, na vertente da pesquisa qualitativa de intervenção.

Como proposta inicial, estrutura-se a intervenção pedagógica em encontros, mobilizando a comunidade escolar. A proposta poderá ser alterada conforme a necessidade e a sua realização, pois o processo de intervenção pedagógica é um procedimento flexível, sendo delineado e estruturado de acordo com a sua realização no âmbito da escola. Em virtude do contexto pandêmico mais agudo (2020-2021), a proposta de pesquisa aplicada educacional na escola pública de ensino fundamental foi pensada em alguns momentos:

- Primeiro momento: acordando a proposta (plano de trabalho);
- Segundo momento: conhecer a “curiosidade ingênua”;
- Terceiro momento: cidadania responsável (conteúdo I);
- Quarto momento: cidadania representativa (conteúdo II);
- Quinto momento: cidadania participativa (conteúdo III);
- Sexto momento: informação e parceria com as famílias.

Assim, partindo da observação e da vivência profissional na escola, sugere-se uma prática formativa cidadã, que esteja alicerçada na lógica dos direitos humanos e sociais, base da sociedade democrática. Na sequência, apresenta-se outro recorte de pesquisa acerca de um espaço não escolar de formação política de jovens.

#### **4 PARA ALÉM DE ELEITORES, CIDADÃOS E CIDADÃS: O PROGRAMA**

##### **VERADOR MIRIM**

O espaço educacional não é somente o escolar, mas também o lugar da vida e do trabalho, reunindo pessoas que produzem e circulam saberes (BRANDÃO, 2007). A educação, assim, em um sentido amplo não se constitui apenas formal/institucional, mas, também, em diversos espaços comunitários não escolares. O interessante é que aconteça uma articulação entre os espaços formais (escolares) e não formais ou não escolares, pois por meio da socialização é que se fundam nossos valores, crenças e princípios morais.

Portanto, apresenta-se o Programa Vereador Mirim como um espaço de educação não escolar, voltado ao processo cultural de formação política de jovens. Fuks (2014) chama a atenção para o fato de que programas como o Vereador Mirim e o Parlamento Jovem podem gerar efeitos tardios em seus participantes, por serem uma instância socializadora em si. Apesar de alguns estudos não constatarem mudanças nas atitudes políticas direta dos seus participantes, a participação em programas de formação política na juventude exerce uma influência sobre aspectos distintos do comportamento político: a participação, a busca por maiores informações políticas, acréscimo no conhecimento político e o incentivo a autonomia e cidadania nos jovens participantes (FUKS, 2012).

A pesquisa realizada na experiência de Erechim – RS do Programa Vereador Mirim considerou os jovens eleitos no ano de 2019. Esse estudo de caso considerou outras experiências de parlamentos jovens e mirins em atividade no sul do país<sup>6</sup>. A partir dessa seleção prévia e intencional, apresenta-se um grupo de 17 participantes inscritos e assíduos, porém apenas 11 sujeitos, com idades entre 11 e 15 anos, efetivamente participaram das entrevistas orientadas por um roteiro.

O estudo analisou o processo de construção da cidadania dos jovens vereadores, tendo por base os conceitos de “cultura política” (ALMOND; VERBA, 1963) e “socialização política” de jovens (BAQUERO, 1997; BAQUERO; BAQUERO, 2014), com intuito de identificar e estabelecer uma relação quanto ao interesse e a qualidade da participação política desse grupo.

O pressuposto do estudo, a partir da leitura da literatura de referência, foi entender como a participação no Programa Vereador Mirim potencializa a formação política e cidadã dos jovens. De acordo com Benevides (1996), a apatia política pode

---

<sup>6</sup> Destacam-se as experiências de Jaraguá do Sul – SC (<https://www.jaraguadosul.sc.leg.br/destaques/parlamento-jovem/>), Blumenau – SC (<https://camarablu.sc.gov.br/camara-mirim/>) e Novo Hamburgo – RS ([https://portal.camaranh.rs.gov.br/pm3/informacao\\_e\\_conhecimento/escola-do-legislativo/vereador-mirim](https://portal.camaranh.rs.gov.br/pm3/informacao_e_conhecimento/escola-do-legislativo/vereador-mirim)). Data do acesso: 17 maio 2023.

comprometer o futuro da democracia, assim, a construção de uma cultura política participativa e sofisticada entre as novas gerações pode contribuir decisivamente para a melhoria e consolidação da democracia brasileira.

Ainda, um fator importante que foi considerado no processo foi o tipo de socialização política pelo qual os jovens passaram, visto que, segundo Moreno e Almeida (2009), ela é um processo que perpassa por toda a vida do indivíduo, ou seja, a socialização política dos adolescentes e jovens diz respeito a valores políticos internalizados na infância, vivenciados através da família, da escola, da comunidade e do grupo de amigos, sendo que os reflexos dessa vivência terão fundamental importância para a atividade política na vida adulta.

As entrevistas realizadas sugerem algumas questões interessantes, permitindo estabelecer relação com outros estudos sobre cultura e participação política de jovens (SCHMIDT, 2001; KEIL, 2004; PEREIRA, 2011; GOHN, 2018). A seguir, alguns apontamentos:

- O ambiente nos quais estes jovens e adolescentes, “vereadores mirins”, estão presentes é politizado, ou seja, o interesse pela participação no Programa é consequência da presença da discussão política em vários grupos de referência (socialização primária);
- A família, mesmo com diferenças importantes entre os participantes, aparece como um dos principais espaços na construção de conhecimento político;
- As concepções sobre a democracia e o funcionamento de esferas institucionais (Estado, parlamento) ainda são difusas, mostrando bem o estágio formativo incipiente dos jovens;
- Ao mesmo tempo, possuem uma confiança relativamente maior do que a média das pessoas (BAQUERO; RANINCHESKI; CASTRO, 2018) nos agentes e mecanismos institucionalizados da política, como os partidos políticos. Isso se explica, talvez, pela proximidade com a Câmara de Vereadores;

- A convivência com colegas no Programa Vereador Mirim é fator decisivo para a sofisticação da cultura política dos jovens, tendo em vista que é espaço permanente de trocas e discussões sobre a política;
- Mesmo com a pré-disposição ao debate político, os jovens convergem para o entendimento de que muitos familiares, amigos e colegas de escola não têm o mesmo interesse, chegando a repelir a política, pois é sempre associada à corrupção (fator de repulsa à política enquanto prática social);
- A maioria dos vereadores mirins participantes da pesquisa não têm clareza sobre uma possível continuidade na vida pública. A participação em eleições não chega a ser descartada, mas não é assumida de forma entusiasmada.

Os resultados da investigação sugerem que um espaço formativo como o Programa Vereador Mirim apresenta importância na construção de uma cultura política democrática e participativa. Certamente, a própria iniciativa em integrar o Programa já mostra pré-disposição e curiosidade sobre o espaço político. Contudo, as entrevistas mostram que os jovens percebem a má reputação média da política na sociedade em geral, fato que pode, a longo prazo, desmobilizar a própria participação direta desse segmento.

O que se evidencia é o grande desafio que a democracia brasileira precisa enfrentar, pois as contradições entre direitos sociais e políticos formalmente previstos na Constituição Federal e a permanência de desigualdades sociais extremas que inviabilizam, na prática, o usufruto desses direitos, é fonte de tensão permanente. Assim,

a resposta para o dilema do brasileiro apresentar baixa confiança na política e ao mesmo tempo manifestar atitude de apoio à democracia, está num conjunto de elementos estruturais, históricos e conjunturais da formação política brasileira e na continuidade de um padrão de fazer política que torna o cidadão um mero espectador da política. (BAQUERO; CASTRO; RANINCHESKI, 2018, p. 88).

Em permanente mudança, a cultura política nacional é fruto de uma sociedade cindida, altamente estratificada e marcada pela permanência de traços autoritários e conservadores em nível dos costumes (SOUZA, 2022). Nesse cenário, apostar na formação democrática da juventude é premente, ainda mais em contexto de discursos públicos antidemocráticos com apelo midiático (principalmente em redes sociais de internet).

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A consolidação da democracia brasileira requer certo grau compartilhado de valores e crenças acerca da vida em comum, do papel do Estado e de um pacto que reconheça a dignidade humana como valor universal. Há um passivo histórico que remete ao contexto da escravidão negra (SOUZA, 2021), fomentando as agudas desigualdades sociais que desafiam o exercício cidadão a expressivos contingentes populacionais do país.

Diante desse cenário, reunir esforços acerca da construção de uma cultura política democrática, assentada na participação e que busque a efetivação de direitos sociais, é uma tarefa de primeira ordem. Essa é uma empreitada que deve mobilizar os currículos escolares e estratégias pedagógicas, juntamente com outros espaços educacionais não escolares.

Este artigo apresentou recortes de pesquisas empíricas realizadas no norte gaúcho, investigando aspectos relacionados à cidadania e a formação política de crianças e jovens. Por meio de uma proposta de intervenção pedagógica voltada à construção da cidadania em escola pública de ensino fundamental e entrevistas com integrantes do Programa Vereador Mirim, iniciativa de uma Câmara de Vereadores, montamos um quadro analítico que chegou a resultados similares aos encontrados em pesquisas do campo da Ciência Política, principalmente sob o enfoque da socialização política (BAQUERO, 1997).

Dessa forma, há inegável ganho na cultura política democrática o trabalho na escola e num espaço formativo não escolar junto ao poder legislativo municipal na perspectiva participativa. Sem participação política com algum grau de sofisticação, não é possível falarmos de uma democracia substantiva. Assim, conforme destacamos ao longo do texto, a formação política de crianças e jovens é ponto fundante do enfrentamento de nossos desafios econômicos, políticos e culturais.

Todas as pessoas se comportam a partir das ideias e valores que as formam. Nesse sentido, aquilo que aprendemos na infância e na adolescência formam a base pela qual nossa vida adulta é orientada. Relegar a segundo plano a formação política nas escolas de ensino fundamental e médio é um desserviço à democracia brasileira, tendo em vista que a ausência desse debate apenas reproduz o senso comum e cenários de apatia política. Discutir política na escola não tem nada a ver com doutrinação ideológica, mas com um exercício formativo cidadão que compreende a participação política como base para o exercício consciente do voto nas democracias representativas, assim como para a fiscalização da responsabilidade dos agentes públicos (accountability).

Da mesma forma, cabe aos poderes da República o fomento à formação política dos cidadãos, oportunizando espaços de discussão e aprendizado. Nesse sentido, o Programa Vereador Mirim ou o Parlamento Jovem, presente em vários municípios do país, é um potente mecanismo. Não estando imune ao descrédito geral da política e ao quadro polarizado que radicaliza posições e diminui o diálogo, o Programa abre possibilidades de formação que se articulam tanto ao enfrentamento da apatia política por um lado, como de uma participação desorientada por outro lado. Ou seja, a participação política é fundamental, mas a qualidade dessa participação é igualmente relevante para o projeto democrático.

Por fim, é salutar que o deslocamento de parte do debate público para as redes sociais, o cenário pós-pandemia e a continuidade do quadro político polarizado prossigam sendo investigados à luz dos referenciais teóricos das Ciências Humanas,

fornecendo pistas para a compreensão adequada dos dilemas da consolidação democrática brasileira. De qualquer maneira, a socialização política de crianças e jovens, dentro e fora da escola, seguirá como uma questão presente na agenda.

## REFERÊNCIAS

- ALMOND, Gabriel; VERBA, Sidney. **The Civic Culture**: political attitudes and democracy in five nations. Princeton: Princeton University Press, 1963.
- BAQUERO, Marcello et al. Bases de um novo contrato social? Impostos e orçamento participativo em Porto Alegre. **Opinião Pública**, Campinas, v. 11, n. 1, p. 94-127, mar., 2005.
- BAQUERO, Marcello. **A vulnerabilidade dos partidos políticos e a crise da democracia na América Latina**. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2000.
- BAQUERO, Marcello. O papel dos adolescentes no processo de construção democrática no Brasil: um estudo preliminar de socialização política. **Cadernos de Ciência Política**, Porto Alegre, IFCH/PPGCP, v. 1, n. 8, 1997.
- BAQUERO, Marcello; GONZÁLES, Rodrigo Stumpf. Cultura política, mudanças econômicas e democracia inercial. Uma análise pós-eleições de 2014. **Opinião Pública**, Campinas, v. 22, n. 3, p. 492-523, dez. 2016.
- BAQUERO, Marcello; RANINCHESKI, Sonia; CASTRO, Henrique Carlos de. A formação política do Brasil e o processo de democracia inercial. **Revista Debates**, Porto Alegre, v. 12, n. 1, p. 87-106, jan.-abr. 2018.
- BAQUERO, Rute Vivian Angelo.; BAQUERO, Marcello. Formação cidadã dos jovens no contexto de um regime democrático híbrido. **Revista Debates**, Porto Alegre, n. 2, v. 8, p. 50-82, maio/ago. 2014.
- BENEVIDES, Maria Victoria de Mesquita. **A cidadania ativa**: referendo, plebiscito e iniciativa popular. São Paulo: Ática, 1996.
- BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **O que é educação**. São Paulo: Brasiliense, 2007.
- DUBET, François. **O tempo das paixões tristes**. Tradução de Mauro Pinheiro. São Paulo: Vestígio, 2020.

FERNANDES, Antonio Sergio Araujo. Políticas Públicas: definição evolução e o caso brasileiro na política social. In: DANTAS, Humberto e MARTINS JUNIOR, José Paulo (orgs). **Introdução à política brasileira**. São Paulo: Paulus, 2007.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa. 31. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2005.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 17. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1987.

FUKS, Mario. Atitudes, cognição e participação política: padrões de influência dos ambientes de socialização sobre o perfil político dos jovens. **Opinião Pública**, n. 1, v. 18, p. 88-108, jun. 2012.

FUKS, Mario. Explicando os efeitos de programas de socialização política: a experiência do Parlamento Jovem no Brasil. **Opinião Pública**, n. 3, v. 20, p. 425-449, dez. 2014.

GOHN, Maria da Gloria. Jovens na política na atualidade: uma nova cultura de participação. **Caderno CRH**, Salvador, n. 82, v. 31, p. 117-133, jan./abr. 2018.

HERNÁNDEZ, Fernando; VENTURA, Montserrat. **A organização do currículo por projetos de trabalho**: o conhecimento é um caleidoscópio. Porto Alegre: Artmed, 1998.

KEIL, Ivete. Dos jovens contestadores aos jovens de hoje: uma nova forma de participação na pólis? In: BAQUERO, Marcello. (org.). **Democracia, juventude e capital social no Brasil**. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2004, p. 17-48.

MORENO, Rosangela Carrilo; ALMEIDA, Ana Maria F. "Isso é política, meu!" socialização militante e institucionalização dos movimentos sociais. **Pro-Posições**, Campinas, n. 2, v. 20, p. 59-76, 2009.

NOBRE, Marcos. **Ponto-final**: a guerra de Bolsonaro contra a democracia. São Paulo: Todavia, 2020.

PEREIRA, Thiago Ingrassia. Os jovens e a política: contribuições do ensino de ciências sociais para a socialização política. **Pensamento Plural**, Pelotas, n. 8, p. 143-163, jan./jun. 2011.

PINSKY, Jaime. Introdução. In: PINSKY, Jaime; PINSKY, Carla Bassanezi (Orgs.). **História da cidadania**. 6. ed. São Paulo: Contexto, 2013, p. 9-14.

SANDEL, Michael. **A tirania do mérito**: O que aconteceu com o bem comum?. Tradução de Bhuvli Libanio. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2020.

SANTOS, Everton Rodrigo; HOFFMANN, Fábio. Qualidade da democracia no Brasil e confiança nas instituições políticas. **Campos Neutrais – Revista Latino-Americana de Relações Internacionais**, Rio Grande, n. 1, v. 1, p. 46-69, jan./ abr. 2019.

SCHMIDT, João Pedro. Equilíbrio de baixa intensidade: capital social e socialização política dos jovens brasileiros na virada do século. In: BAQUERO, Marcello (Org.). **Reinventando a sociedade na América Latina: cultura política, gênero, exclusão e capital social**. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2001, p. 119-149.

SOUZA, Jessé. **A ralé brasileira: quem é e como vive**. 3. ed. São Paulo: Editora Contracorrente, 2020.

SOUZA, Jessé. **Brasil dos humilhados: uma denúncia da ideologia elitista**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2022.

SOUZA, Jessé. **Como o racismo criou o Brasil**. Rio de Janeiro: Estação Brasil, 2021.

SOUZA, Jessé. **Subcidadania brasileira: para entender o país além do jeitinho brasileiro**. Rio de Janeiro: Leya, 2018.

YIN, Robert K. **Estudo de caso: planejamento e métodos**. 2. ed. Porto Alegre: Bookman, 2001.